

Remeta-se ao Sr. Presidente.

A Diretora da DMOSM,

(Eng.ª Alzira Torres)

20/8/2014

Despacho: Tomei conhecimento.

O Presidente,

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

18/02/15

## 2º Relatório Preliminar de Análise e Avaliação das Propostas

### I.- Introdução e identificação:

Identificação do procedimento: *Concurso Público para a "REABILITAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL"*

Identificação do órgão competente para a decisão de contratar: *Câmara Municipal de Braga*

Preço Base do Procedimento: € 4.609.744,61

Prazo Base do Procedimento: 365 dias

Identificação do Júri:

#### Membros efetivos:

Gaspar Silva (Presidente)

Ana Martins

Francisco Marques

#### Membros suplentes:

Alzira Torres (Substitui o Presidente nas suas ausências e/ou impedimentos)

Valéria Borges

Manuel Dantas

Luciano Dias

O júri apreciou a pronúncias apresentadas em sede de audiência prévia ao projeto de decisão, corporizado no relatório preliminar de análise e avaliação das propostas, apresentada pelos concorrentes **Costeira-Engenharia e Construção SA.** e **Construções Refoiense, Lda.**

Os concorrentes **Costeira-Engenharia e Construção SA.** e **Construções Refoiense, Lda** censuram o identificado projeto de decisão de adjudicação, advogando a existência de fundamentos de exclusão da proposta classificada em primeiro lugar na lista de ordenação, apresentada pelo concorrente *Acciona Construcción, SA*, por referência a três dimensões da

análise da proposta que se prendem com o plano de trabalhos apresentado pelo referido concorrente, a saber: (i) redação de parte da proposta em língua espanhola; (ii) não discriminação de todas as espécies de trabalhos identificadas no mapa de quantidades; e (iii) os descritivos, quantidades e unidades do plano de trabalhos não correspondem ao mapa final de trabalhos e quantidades (não integram o suprimentos de erros e omissões).

O concorrente **Construções Refoiense, Lda** invoca ainda a falta de poderes de representação para obrigar a empresa da pessoa que assina a proposta do concorrente *Acciona Construcción, SA*.

Os concorrentes **Costeira-Engenharia e Construção SA** e **Construções Refoiense, Lda** vêm, ainda, questionar a avaliação de mérito da avaliação das propostas, pugnando pela correção da avaliação e pela graduação e adjudicação das respetivas propostas.

#### **Plano de trabalhos com redação em língua espanhola**

O artigo 58.º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos especifica que «os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa». O preceito legal admite, porém, que o programa do procedimento aceite que alguns dos documentos sejam redigidos em língua diferente.

As propostas devem ser constituídas, nos termos previstos no artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, pela declaração de aceitação do caderno de encargos, por documentos que contenham os atributos da proposta e, eventualmente, pelos documentos que contenham termos ou condições relativos à execução do contrato.

No caso concreto de procedimento de formação de contrato de empreitada de obras públicas, a proposta deve ainda ser acompanhada pela lista de preços unitário e pelo plano de trabalhos, tal como determina o n.º 2 do artigo 57.º do Código.

O Supremo Tribunal Administrativo, abordando expressamente a problemática da redação de documentos da proposta em língua estrangeira, considerou o seguinte:

*“A exigência inserta no artigo 58.º, n.º 1 do CCP – de se redigir em língua portuguesa os documentos constitutivos da proposta – é conciliável com o uso de vocábulos estrangeiros desde que estes não se assumam como uma parte contraposta a outra, redigida em português. Esta exigência refere-se à globalidade da proposta e não a cada uma das palavras em que ela se decompõe.*

*É inequívoco que o artigo 58.º, n.º 1 do CCP exige que a proposta esteja redigida numa única língua, que é a portuguesa. Assim, não é admissível, e deverá ser excluída, a proposta totalmente escrita numa língua estrangeira; ou a que esteja escrita, numa parte, em língua portuguesa e, noutra, em qualquer língua estrangeira.*



*A questão sob análise relaciona-se com esta última hipótese e consiste em apurar se o uso esporádico ou esparso de palavras ou expressões estrangeiras numa proposta redigida, no demais, em português configura uma redação parcial em língua estrangeira – de maneira a ter de se descaracterizar o texto como formulado integralmente em língua portuguesa.*

*Só poderá dizer-se que um texto não está integralmente redigido em língua portuguesa se ele for divisível, de modo que, à parte dele escrita em português, se possa contrapor uma outra, por ínfima que seja, escrita noutro idioma. Ao invés, se o texto escrito em português for indivisível, a intercalação nele de palavras ou expressões tiradas doutro idioma não afete a evidência de que se está perante um texto integralmente redigido em português.”*

*Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo  
processo n.º 0331/12, de 12-06-2012, in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)*

Naquele seu aresto, o Supremo Tribunal Administrativo entendeu, portanto, tratar-se de uma evidência lógica a de que um texto íntegro e unitário no plano idiomático – ainda que composto por palavras estrangeiras não destacáveis – precisamente por ser indivisível em partes correspondentes a diferentes idiomas, não poder deixar de ser visto como um texto integralmente escrito nesse idioma.

Já se, pelo contrário, as palavras e expressões em língua estrangeira usados num dos documentos da proposta são dele extratáveis por forma a constituírem um segmento independente e justificativo, pode, já então sim, concluir-se que não está cumprida a obrigação imposta pelo artigo 58.º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos.

O plano de trabalhos apresentado pelo concorrente *Acciona Construcción, SA* é um documento escrito em português, composto por texto e representação gráfica, que apresenta algumas expressões, legendas e títulos em espanhol, pontuais e que são totalmente compreensíveis. Á luz da jurisprudência sufragada pelo Supremo Tribunal de Justiça, suprarreferida, aquelas palavras ou expressões não afetam a evidência de que se está perante um documento redigido em português.

### **Suprimento de erros e omissões**

O caderno de encargos constitui sempre parte integrante do contrato, a par dos esclarecimentos e das retificações a eles respeitantes e dos esclarecimentos prestados pelo adjudicatário sobre a proposta (cfr. Artigo 96.º, n.º 2, b), c) e e) do CCP).

Por isso, os termos e condições que o adjudicatário coloque ao caderno de encargos não são irrelevantes do ponto de vista do interesse público presente no objeto do contrato.

Na formação de um contrato de empreitada de obras públicas, o caderno de encargos, que inclui um projeto de execução, conforme impõe o n.º 1 do artigo 43.º do CCP, deve ser sempre acompanhado de «uma lista completa de todas as espécies de trabalhos necessárias à execução da obra a realizar e do respetivo mapa de quantidades». Em consonância com esta

exigência, a proposta a ser apresentada pelos concorrentes (empreiteiros) tem de ser sempre constituída por «uma lista dos preços unitários de todas as espécies de trabalho previstas no projeto de execução».

O mapa de trabalhos e quantidades constitui, assim, a decomposição da obra projetada e a executar em capítulos e tarefas. Na lista de preços unitários, cada concorrente indicará o «preço da venda» para cada tarefa.

No contexto de um procedimento concursal para a celebração de um contrato de empreitada de obras públicas, o mapa de trabalhos e quantidades a que os interessados são convidados a responder com as suas propostas constitui o conteúdo principal da prestação contratual do empreiteiro: a definição das tarefas a serem executadas para a concretização da obra definida no projeto de execução. A lista de preços unitários representa, por sua vez, a contraprestação devida pelo dono da obra ao empreiteiro pela execução das assinaladas tarefas a executar. É indispensável, por isso, para que se forme o sinalagma contratual, que prestação e contraprestação estejam correlacionadas, o que se traduzirá na total compatibilidade entre o mapa de trabalhos e quantidades (apresentado pelo dono da obra para a apresentação de propostas) e a lista de preços unitários (com que o empreiteiro responde a tal mapa).

Assim, a lista de preços unitários apresentada pelos concorrentes tem por objetivo:

- i. Concluir a definição do consenso contratual através da inserção da contraprestação devida ao empreiteiro para a realização do objeto do contrato tal como definido pelo dono da obra no mapa de trabalhos e quantidades;
- ii. Permitir o cálculo do preço da proposta, por aplicação dos preços unitários às quantidades e espécies de todos os trabalhos a executar, de acordo com o caderno de encargos e respetivo projeto de execução, achando, por comparação, a proposta com o preço mais baixo;
- iii. Permitir programar o desenrolar da execução da obra, através do planeamento e encadeamento das tarefas, as necessidades de tipo e número de mão-de-obra e equipamento e da projeção do cronograma financeiro para a sua execução;
- iv. Permitir determinar, no âmbito da execução do contrato de empreitada, o valor das importâncias devidas (preço contratual) incluindo, designadamente, no que tange a trabalhos a mais (da mesma espécie), a trabalhos a menos ou à inutilização de trabalhos já executados.



O mapa de trabalhos e quantidades constitui, assim, um aspeto da execução do contrato não submetido à concorrência pelo caderno de encargos a que o concorrente se limita a aderir, uma vez que, estando estritamente definido no caderno de encargos, não há lugar a qualquer atividade concretizadora por parte do concorrente.

O legislador, precisamente por considerar determinante que o objeto do contrato – especialmente traduzido pelo rigor, precisão e completude do mapa de trabalhos e quantidades – se mostre material e financeiramente adequado à realização dos fins públicos a que está adstrito, incluiu no procedimento de formação dos contratos públicos uma fase de identificação e suprimento de erros e omissões. Este instituto destina-se a prevenir e evitar trabalhos a mais, complementares ou adicionais, sempre com agravamento dos preços inicialmente comprometidos e, a mais das vezes, prorrogações dos prazos de execução.

O suprimento dos erros e omissões em fase pré-contratual não se destina, portanto, a cumprir uma mera formalidade pré-contratual, mas assume outrossim um objetivo substantivo, que visa salvaguardar a posição tutelada pela entidade adjudicante, na sua vertente material e financeira.

A solução legal vertida no artigo 61.º, n.º 1 do CCP, ao disciplinar a identificação dos erros e omissões ainda em fase pré-contratual e balizar temporalmente a resposta apresentada (até ao 5.º sexto do prazo inicialmente fixado para a apresentação de propostas) está, assim, em linha com a necessidade de, definitivamente, coresponsabilizar todos os intervenientes no processo de formação dos contratos públicos em contribuírem para a celebração de um contrato rigoroso.

Por essa razão, uma vez proferida a decisão (pelo órgão competente) relativamente aos erros e omissões identificados pelos interessados, e com isso redelimitado ou redefinido o objeto do contrato, essa decisão integra o objeto do caderno de encargos e, no caso das empreitadas de obras públicas, a definição da solução de execução da obra. Os concorrentes são, então, convidados a apresentar os seus preços (a lista de preços unitários) de modo explícito e inequívoco ao mapa de trabalhos e quantidades definitivamente posto a concurso, consagrando os valores corrigidos, correta e rigorosamente inseridos nos capítulos e itens de medição.

Os concorrentes são, portanto, chamados a responder, de forma expressa e inequívoca, ao mapa de trabalhos e quantidades já suprido dos erros e omissões que foram detetados pelos interessados no prazo disponibilizado para o efeito. Esses são termos e condições definidos pela entidade adjudicante para a execução do contrato. Constituem os pressupostos que, à luz da interpretação do interesse público pela entidade adjudicante, melhor se realizam as necessidades da comunidade.

O concorrente *Acciona Construcción, SA* apresentou uma lista de preços unitários compatível com o mapa de trabalhos e quantidades definitivamente aprovado pela entidade adjudicante, na sequência da fase de suprimento de erros e omissões do caderno de encargos



em fase pré-contratual. O concorrente, naquele mapa, identifica trabalhos a serem executados com características correspondentes às definidas pela entidade adjudicante, apresentando preço para a execução de tipos ou quantidades de trabalhos que estão previstos executar e apresentando preço para tipos ou quantidades de trabalhos que devem ser executados.

Torna-se inequívoco que o concorrente se propõe executar o contrato tal qual definido e delimitado pela entidade adjudicante e que se vincula a executar o contrato nos termos e condições prevista no mapa de trabalhos e quantidades posto a concurso.

Como bem refere o concorrente *Costeira-Engenharia e Construção SA.*, tratando-se o presente procedimento para a formação de contrato de empreitada, devem as propostas ser instruídas com um plano de trabalhos tal como definido no artigo 361.º do Código dos Contratos Públicos.

O plano de trabalhos constitui um documento elaborado pelo empreiteiro em que este descreve ritmo que se compromete a imprimir na execução da obra, os meios com que os vai executar e como deverá proceder-se aos pagamentos, de forma a habilitar o dono da obra a fiscalizar e controlar o ritmo da execução por forma a evitar atrasos que se possam revelar irreversíveis.

O plano de trabalhos apresentado pelo concorrente *Acciona Construcción, SA* **não é totalmente compatível e adaptado à obra não detalhando exaustivamente todas as atividades** constantes do mapa de trabalhos e quantidades, **nem traduz com total exatidão as alterações resultantes do suprimento de erros constante da decisão sobre os erros e omissões determinada pela entidade adjudicante.** No entanto, não deixa de ser o plano de trabalhos que inequivocamente preenche os requisitos mínimos legais do artigo 361.º do Código dos Contratos Públicos e cumpre as finalidades pretendidas com aquele documento – fixa a sequência das atividades e dos prazos de execução, especifica os meios com que se propõe a executar e define o correspondente plano de pagamentos, permitindo a fiscalização e acompanhamento da execução pelo dono da obra - nem resulta daquela qualquer violação dos prazos contratuais fixados no caderno de encargos.

Deste modo, o desvalor do plano de trabalhos por força daquela inexatidão inscreve-se não no plano da sua conformidade com o caderno de encargos (admissibilidade da proposta) – porque essa está cumprida – mas somente no domínio do mérito do mesmo **(avaliação da proposta).**

Por esse motivo o júri deliberou por unanimidade reavaliar a proposta do concorrente *Acciona Construcción, SA* à luz do subfator **Programa de Trabalhos.**

O júri entende que o programa de trabalhos apresentado não cumpre, de forma integral, os pressupostos (1), (2) e (3), que se reproduzem:

- (1) **Pressuposto:** O plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos são totalmente compatíveis com a metodologia apresentada.
- (2) **Pressuposto:** O plano de trabalhos apresenta um grande detalhe na identificação das atividades a executar, na calendarização e nas relações de precedência.
- (3) **Pressuposto:** O plano de mão-de-obra identifica a carga semanal de homens por tipo de profissão; o plano de equipamentos identifica a carga semanal de equipamento.

O referido programa de trabalhos, plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos foram elaborados sobre um mapa de quantidades diferente daquele que é a versão final patenteada no concurso, omitindo até várias atividades, contemplando quantidades diferentes das apresentadas no mapa de quantidades final e na lista de preços unitários, e apresentando erros na calendarização, contrariando assim o definido no pressuposto (1) e (2).

O plano de mão-de-obra e de equipamento, não identifica a carga semanal de homens e de equipamento, tendo utilizado a forma mensal, contrariando assim o definido no pressuposto (3).

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta as características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação máxima – 1 (muito bom) - **com exceção de três dos pressupostos ali indicados.**

Com suporte naquele juízo técnico, o júri atribuiu à proposta, no subfator em análise, a pontuação correspondente ao referido patamar de mérito: **0,25 (Mau).**

**Assinatura dos documentos da proposta do concorrente Acciona Construcción,**

**SA**

Conforme resulta do regulamento do procedimento, que vai de encontro às exigências legais impostas pela Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente em plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante (artigo 62.º/1 do Código dos Contratos Públicos), devendo ser assinados com assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou dos seus representantes legais (Lei 96/2015, de 17 de agosto).

Um certificado digital é um documento eletrónico assinado criptograficamente por uma autoridade de certificação, associando uma chave pública a uma entidade que pode ser uma pessoa (cartão de cidadão), uma organização, uma aplicação informática ou qualquer outra entidade confiável pela autoridade de certificação. No certificado reside ainda um conjunto de atributos que definem o propósito do mesmo (e.g. Assinatura) e que caracterizam a entidade certificada.



A credenciação, fiscalização e registo de informações relativas às entidades certificadoras que emitem certificados qualificados compete à Autoridade Nacional de Segurança<sup>1</sup>.

Presentemente, na relação das entidades certificadoras registadas na Autoridade Credenciadora (disponibilizadas no endereço [www.gns.gov.pt](http://www.gns.gov.pt)) constam, para efeitos de prestação de serviços de certificação eletrónica para o público em geral, as seguintes entidades: (i) Entidade Certificadora do Cartão do Cidadão; (ii) Multicert – Serviços de Certificação Electrónica, SA e (iii) British Telecommunications plc, cuja identificação digital é BT/DigitalSign Qualified CA.

Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (por exemplo, os instrumentos de mandato).

Os documentos que constituem a proposta apresentada pelo concorrente Acciona Construcción, SA estão assinados com assinatura eletrónica qualificada mediante certificado emitido pela MULTICERT Certification Authority 002, MULTICERT - Serviços de Certificação Eletrónica SA, para Javier Miguelez Fernandez na qualidade de procurador de ACCIONA CONSTRUCCIÓN SA, para apresentar propostas através de plataformas eletrónicas de contratação pública, qualidade reconhecida pela entidade certificadora por força de Procuração de 18/07/2011.

A proposta foi instruída com instrumentos de mandato a favor de Javier Miguelez Fernandez, emitidos, confirmados e validados para os efeitos ali exarados, por notário Conselho de Madrid, por força da escritura de protocolização de acordos sociais registados no Registo Comercial de Madrid em 29 de julho de 2014.

A vigência da Procuração mencionada no certificado supra referido (circunstância que só poderia ser avaliada com acesso à Procuração e aos termos da sua vigência e validade) é reforçada pela apresentação dos documentos eletrónicos oficiais, mencionados no parágrafo anterior, indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.

Assim, considerando que:

- a) Os documentos que constituem a proposta do concorrente *Acciona Construcción, SA* estão assinados com assinatura eletrónica qualificada mediante certificado emitido por entidade certificadora reconhecida Autoridade Credenciadora;
- b) O certificado foi emitido para assinatura qualificada de Javier Miguelez Fernandez na qualidade de procurador do concorrente;

<sup>1</sup> Cft. artigo 10.º da Portaria n.º 597/2009, de 4 de junho e Decreto-Lei 116-A/2006, de 16 de Junho.



- c) O concorrente instrui a proposta com instrumento de mandato a favor de Javier Miguelez Fernandez, ato praticado por notário e registados na conservatória do registo comercial de Madrid, constituindo aquele documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.

O júri do procedimento considera que os documentos que constituem a proposta do concorrente ACCIONA CONSTRUCCIÓN SA estão assinados com assinatura eletrónica qualificada nos termos exigidos no regulamento do procedimento e da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, inexistindo, a este propósito, fundamento para motivar a exclusão da respetiva proposta.

#### Avaliação das propostas

A valorização da proposta do concorrente *Acciona Construcción, SA* foi objetivamente tratada pelo júri no ponto próprio, sendo a mesma objeto de uma reavaliação nos termos ali expostos.

No que respeita à valorização da proposta do concorrente ***Construções Refoiense, Lda***, o júri deliberou por unanimidade *manter* a classificação atribuída ao subfactor ***Metodologia***.

O júri entende que a metodologia apresentada não cumpre, de forma integral, o pressuposto (1), que se reproduz:

**Pressuposto:** O faseamento proposto é compatível com o caderno de encargos e responde às exigências impostas pelo mesmo.

Com efeito, apesar de bem elaborada e justificada, a metodologia apresenta uma dimensão genérica, não se mostrando, de uma forma concreta e assertiva, vocacionada para a específica e concreta realidade da obra posta a concurso, podendo até ser utilizada para uma obra idêntica.

Nessa medida, o júri constatou a proposta apresenta as características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação máxima – 1 (muito boa) - **com exceção de um dos pressupostos ali indicados.**

Com suporte naquele juízo técnico, o júri atribuiu à proposta, no subfator em análise, a pontuação correspondente ao referido patamar de mérito: **0,75 (Boa)**.

Nessa medida, o Júri deliberou, por unanimidade, manter inalterado o projeto de decisão de admissão da proposta do concorrente *Acciona Construcción, SA*, alterando a

classificação atribuída aquele concorrente em resultado da avaliação do plano de trabalhos, modificando-se desse modo a ordenação das propostas admitidas nos termos e com os fundamentos constantes do relatório preliminar reformulado, que se anexa e que o júri aprovou neste momento.

### III.- Reavaliação das propostas:

#### ***Critério de adjudicação:***

Os trabalhos de avaliação das propostas empreendidos pelo Júri observaram a disciplina constante do *Regulamento de Análise das Propostas*, que acompanhou o programa do procedimento.

O mérito das propostas foi aferido em função do critério de adjudicação – o da *proposta economicamente mais vantajosa* - preenchido pelos fatores e subfatores seguintes, já previstos no regulamento do procedimento:

Fatores	Subfatores	Ponderação	
Preço		60%	100%
Valia técnica da proposta	Metodologia	50%	
	Programa de trabalhos	50%	
Prazo de execução		20%	

#### ***Avaliação das propostas por subsunção ao fator «preço»:***

O resultado da avaliação das propostas por subsunção ao fator **«preço»** é o seguinte:

Identificação do concorrente	Preço	Avaliação
Acciona Construcción, SA	€ 4.393.086,61	0,0470
DST – Domingos da Silva Teixeira, S.A.	€ 4.595.980,10	0,0030
Construções Refoiense, Lda	€ 4.421.683,19	0,0408
Costeira - Engenharia e Construção, SA	€ 4.588.772,41	0,0045



**Avaliação das propostas por subsunção ao fator «valia técnica»:**

➤ Pontuação das propostas nos subfactores Metodologia e Programa de Trabalhos

Identificação do concorrente	Sub-fator Metodologia, M	Sub-fator Programa de Trabalhos , PT
Acciona – Construcción, SA	1	0,25
DST – Domingos da Silva Teixeira, S.A.	1	1
Construções Refoiense, Lda	0,75	1
Costeira - Engenharia e Construção, SA	1	1

O resultado da avaliação das propostas por subsunção ao fator «**valia técnica**» é o seguinte:

Identificação do concorrente	Avaliação (0,50xM+0,50xPT)
Acciona – Construcción, SA	0,6250
DST – Domingos da Silva Teixeira, S.A.	1,0000
Construções Refoiense, Lda	0,8750
Costeira - Engenharia e Construção, SA	1,0000

**Avaliação das propostas por subsunção ao fator «prazo»:**

Conforme se especificou no *Regulamento de Análise das Propostas*, o fator *prazo* será preenchido por comparação dos prazos apresentados com o intervalo de prazos constante do descritor constante do n.º 3, ao qual corresponderá o valor de 0,2500.

O **prazo mínimo é o de 300 dias**, significando este o prazo mínimo para a execução da totalidade das prestações que constituem o objeto do contrato e que pode ser oferecido pelos concorrentes.

A análise das propostas em face do fator *prazo* será operacionalizada pela subsunção das mesmas ao descritor seguinte:

	Descritor	Pontuação
<b>Prazo</b>	365 dias ( <b>prazo base</b> ) $\geq$ Prazo Proposto $>$ 345 dias	0,25
	345 dias $\geq$ Prazo Proposto $>$ 330 dias	0,50
	330 dias $\geq$ Prazo Proposto $>$ 315 dias	0,75
	315 dias $\geq$ Prazo Proposto $\geq$ 300 dias ( <b>prazo mínimo</b> )	1,00

O resultado da avaliação das propostas por subsunção ao fator «**prazo**» é o seguinte:

Identificação do concorrente	Prazo	Avaliação
Acciona Construcción, SA	306	1,0000
DST – Domingos da Silva Teixeira, S.A.	314	1,0000
Construções Refoiense, Lda	315	1,0000
Costeira - Engenharia e Construção, SA	300	1,0000



#### IV.- Ordenação das propostas por subsunção ao critério de adjudicação:

A pontuação final de cada proposta, tal como resulta do artigo 14.º do Regulamento de Análise das Propostas, por consideração das percentagens com que são afectados cada um dos fatores e subfatores que concorrem para o critério de adjudicação, foi apurada por aplicação da fórmula seguinte:

$$C = 0,60 \cdot P + 0,20 \cdot (0,50 \cdot M + 0,50 \cdot PT) + 0,20 \cdot PR$$

Em que:

«C» representa a “pontuação final de cada proposta”;

«P» representa a “pontuação do preço”;

«M» representa a “pontuação no subfator metodologia”

«PT» representa a “pontuação no subfator programa de trabalhos”;

«PR» representa a “pontuação no fator prazo”.

Assim, por aplicação do critério de adjudicação e no respeito da metodologia consignada no Regulamento de Análise das Propostas, resulta a seguinte pontuação das propostas:

Identificação do concorrente	Proposta economicamente mais vantajosa			Pontuação final, C
	Preço, P	Valia técnica	Prazo, PR	
Acciona Construcción, SA	0,0470	0,6250	1,0000	0,3532
DST – Domingos da Silva Teixeira, S.A.	0,0030	1,0000	1,0000	0,4018
Construções Refoiense, Lda	0,0408	0,8750	1,0000	0,3995
Costeira - Engenharia e Construção, SA	0,0045	1,0000	1,0000	0,4027

#### V.- Recomendação ao órgão decisor:

Nestes termos, o júri deliberou, por unanimidade, propor:

- I. A reordenação das propostas em resultado da aplicação do critério de adjudicação, nos termos seguintes:


Posição	Identificação do concorrente	Avaliação final	Avaliação em %
1	Costeira - Engenharia e Construção, S.A.	0,4027	40,27%
2	DST – Domingos da Silva Teixeira, S.A.	0,4018	40,18%
3	Construções Refoiense, Lda	0,3995	39,95%
4	Acciona Construcción, SA	0,3532	35,32%

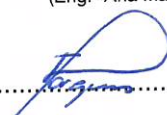
- II. Que se submeta o presente Relatório a audiência prévia e escrita dos concorrentes, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 147.º do *Código dos Contratos Públicos*.

Nada mais tendo ocorrido nesta reunião e nada mais havendo a diligenciar, foi dada por finda e encerrada.

O Júri do Procedimento

.....  
  
(Eng.º Gaspar Silva)

.....  
  
(Eng.ª Ana Martins)

.....  
  
(Eng.º Francisco Marques)